



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais
Município de Tomar

A
P
M

ACTA N.º 02

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e trinta minutos, no edifício sito na Rua Major Ferreira do Amaral, n.º 9, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Tomar (São João Batista) e Santa Maria dos Olivais, em sessão ordinária, com a ordem de trabalhos constante da respetiva convocatória.

Presidiu à sessão o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Joaquim Dias Palricas, coadjuvado pela 1.ª Secretária, Cristina Alexandra Duarte Brito Alves, e pelo 2.º Secretário, João Miguel Cruz dos Santos Manata, todos da AD. - PSD

Feita a chamada, verificou-se estarem presentes os membros da Assembleia de Freguesia, com as devidas justificações apresentadas e substituições solicitadas, sendo necessária a tomada de posse de dois elementos do Partido Socialista e um elemento da AD, de acordo com a lista eleita.

Registou-se igualmente a presença dos membros da Junta de Freguesia.

Membros presentes por força política:

- **AD:** José António Fernandes Ferreira; Paulo Alexandre Matos da Silva Melo; Ana Filipa da Fonseca Queirós Oliveira;
- **PS:** Lino do Rosário Confraria de Freitas; João Manuel Tapadas Marques; Ricardo António Ribeiro Simões; Tiago Miguel Pereira Franco; Jerónimo Manuel Marques Capelão;
- **CDU:** José Maria Henriques Marques;
- **CH:** Nelson Alexandre Carvalho Santos Silva.

Antes de iniciar os trabalhos, o Presidente da Mesa esclareceu os presentes de que a sessão iria ser gravada e divulgada em suporte de som e imagem, de acordo com avisos colocados no exterior da sala, pelo que, quem se opusesse deveria, prontamente, manifestar tal intenção. Todos os presentes manifestaram a não oposição.

Seguidamente, tomaram posse Ana Filipa Oliveira (AD), Tiago Franco (PS), Jerónimo Capelão (PS), por pedidos de substituição apresentados e considerados justificados pela mesa, e assim ficou completa a constituição da assembleia.

O público foi convidado a participar, sendo que Augusto Barros manifestou pretender intervir e de imediato apresentou os devidos cumprimentos, bem como uma pequena exposição quanto ao estado das contas, tendo deixado um saldo positivo, maquinarias e trabalhos efetuados, relativamente à sua gestão. Referindo esperar bons resultados do atual executivo, em especial por este ter maioria no que toca à governação, terminou a desejar felicidades e as Boas Festas aos presentes.

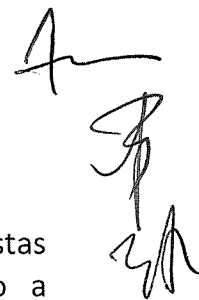
Seguidamente Alexandre Horta, Presidente do Executivo, agradeceu todo o trabalho desempenhado por Augusto Barros, o que contribuiu para uma transição serena.

Não havendo mais inscrições do público, o Presidente da Mesa da Assembleia apresentou o executivo, entrou no PAOD prosseguindo os trabalhos, e esclareceu que se encontra pendente a situação relativamente à auditoria que foi deliberada e aprovada por unanimidade, em 28.01.2025, não se encontrando ainda a mesma realizada, propondo, em consequência, o aditamento de um sétimo ponto a acrescentar à ordem de trabalhos, constando de deliberação e tramitação sobre auditoria aprovada no mandato anterior.

A bancada da AD, pela voz de José Ferreira, manifestou concordância à inserção do novo ponto, o mesmo sucedendo com a bancada do PS, pela voz de Lino Freitas, a do Chega, pela voz de Nelson Silva, tendo a CDU, pela voz de José Maria Marques, referido a intenção de se abster, pois era parte interessada por fazer parte do executivo à altura dos factos.

Submetido a votação, foi a deliberação aprovada por maioria, com a abstenção da CDU, pelo que foi este tema inserido como ponto 6, ficando o ponto 7 como outros assuntos.

Proseguindo o PAOD, pediu a palavra José Maria Marques, que, após cumprimentar os presentes, esclareceu ter tido lugar uma reunião com o executivo quanto a orçamento, bem como quanto a plano de atividades. Teve dificuldade na receção dos documentos, manifestando que não os recebeu dentro do prazo mínimo para tanto concedido, solicitando que antecipadamente seja distribuído a



todos os presentes o documento que apresentou ao executivo quanto a propostas da CDU. Referiu ainda a necessidade de implementar medidas quanto a saneamento, por forma a que tenha a máxima abrangência na malha urbana, pois existem situações muito problemáticas, como no Bairro do Colégio, no Bairro primeiro de maio, bem como na Rua da Felicidade, em Carvalhos de Figueiredo, e em alguns locais em que se mantém a necessidade de esvaziamento de fossas sépticas, como no Centro Escolar de Valdonas. Referiu também a gravidade da situação relacionada com a poluição do rio Nabão, em especial em períodos de maior pluviosidade.

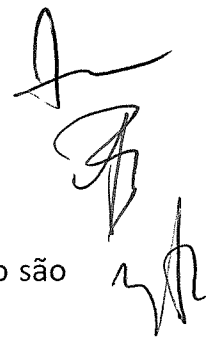
O Presidente da Mesa da Assembleia lamentou o sucedido quanto ao envio dos elementos por se ter verificado lapso quanto à identificação do mail, o que prontamente foi retificado.

Solicitou ainda esclarecimento quanto ao teor do documento da CDU, tendo José Maria entregue documento designado por “posição da CDU”, ao que Alexandre Horta, esclareceu que lamenta não ter disponibilizado o documento, mas que não o rececionou em momento prévio, disponibilizando-se desde já para o divulgar a todos.

Seguidamente foi pedida a palavra por José Ferreira (AD), que, após os cumprimentos, reiterou que a junção dos documentos das bancadas não tem sido habitualmente disponibilizada a todos. Afirmou que a divulgação e comunicação da assembleia foi feita de forma mais eficaz, congratulando-se com a divulgação on-line. Esclareceu que considera que a limpeza do espaço urbano da responsabilidade da Junta se encontra bastante melhor, o mesmo sucedendo com a afixação de alguns espelhos que facilitam a circulação em segurança, referindo ainda a resposta positiva da Junta de Freguesia no âmbito do GES Autarquia.

Lino Freitas, após os cumprimentos, manifestou que a bancada do PS terá sempre uma participação ativa, com espírito crítico, por se pretender uma freguesia dinâmica, participativa e inclusiva. Referiu ainda que não teve acesso ao teor da acta da tomada de posse.

O Presidente da Mesa esclareceu que a acta da tomada de posse foi aprovada e assinada por todos os interessados e se encontra publicada no site, com livre acesso a todos.



José Ferreira pediu a palavra e reiterou que as atas de tomada de posse não são posteriormente lidas em assembleia.

Alexandre Horta esclareceu que o GES Autarquia se encontra a funcionar e que espera que todos o utilizem, no reporte de situações, por tal participação do cidadão facilitar a boa e mais eficaz gestão. Quanto aos equipamentos tem sido promovida a boa utilização dos mesmos, sempre com o objetivo de os rentabilizar.

Seguidamente foi dado início ao ponto um da ordem de trabalhos:

PONTO UM – Análise do Regimento da Assembleia de Freguesia com ponderação da necessidade de criação de uma comissão para a sua alteração.

Após apresentação do tema pelo Presidente da Mesa, José Tapadas pediu a palavra e considera ser oportuno analisar o regimento, criando-se, para tanto uma comissão, composta por um elemento de cada bancada.

Foi assim, após votação, por unanimidade, deliberado criar uma comissão constituída por um elemento de cada força política, da qual também fará parte o Presidente da Mesa, com a seguinte composição:

PSD- Cristina Brito Alves

PS- Catarina Pereira

CDU- José Maria Marques

CHEGA- Nelson Silva

PONTO DOIS – Análise, discussão e votação da Autorização Prévia de Assunção de Compromissos Plurianuais.

Após intervenção de José Ferreira, que se congratulou pela inserção deste ponto na ordem de trabalhos, Alexandre Horta esclareceu que o mesmo resulta dos normativos legais em vigor, solicitando à assembleia autorização prévia para este tipo de contratos.

Submetido a votação, o documento foi aprovado por unanimidade.

PONTO TRÊS – Análise, discussão e votação da Proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2026.

Iniciada a discussão deste ponto, José Maria Marques pediu a palavra, o que lhe foi concedido, tendo referido que o plano plasma um conjunto de meras intenções, sem calendarização, sem definição de meios e orçamentos, ou qualquer calendarização, inquirindo quanto à manutenção do posto de atendimento dos CTT nas instalações da Junta.

Exercendo o direito de resposta, Alexandre Horta iniciou o esclarecimento, tendo sido prontamente interrompido por José Maria, mas recuperando a palavra, esclareceu que o plano de atividades apresenta todo um conjunto de situações que a Junta pretende ver implementadas e realizadas, algumas delas da competência da Câmara, pelo que sempre esta Junta insistirá pela promoção e execução do máximo de medidas possíveis.

Quanto aos cabazes, foi esclarecido que foram feitos convites a várias instituições que trabalham com o tecido social, para que identificassem as famílias carenciadas, sendo atribuídos os cabazes de acordo com esta indicação.

Esclareceu que o orçamento é uma proposta, que sempre se pugnará pela máxima realização.

Terminou esclarecendo que o posto de atendimento dos CTT nas instalações da Junta se afigura bastante positivo para o cidadão, pelo que sempre será de manter.

Seguidamente pediu a palavra José Ferreira que solicitou alguns esclarecimentos quanto à intervenção de José Maria, que durante largo tempo fez parte do anterior executivo e bem sabe que os orçamentos são estruturados desta forma, sendo que, então, nunca se preocupou com este tema. Entretanto pediu esclarecimento quanto ao aumento de receita.

Alexandre Horta referiu que o contrato interadministrativo do ano anterior quanto à sua execução não foi completado, pelo que foi solicitado que o valor por executar transitasse para 2026, o que foi concedido, daí a divergência de valor.

Seguidamente, José Maria insistiu na falta de pormenor do orçamento, designadamente quanto a pavimentação de arruamentos, pretendendo esclarecimento quanto aos exatos locais a intervencionar.

Alexandre Horta esclareceu que algum lapso quanto a identificação de situações se fundamenta na falta de tempo no melhor tratamento de todas as situações, sendo que, no próximo orçamento, será, seguramente, aumentado o nível de pormenor, promovendo assim o melhor esclarecimento de todos.

Após discussão foi submetido a votação, sendo que o documento foi aprovado por maioria, com a seguinte votação:

- Votos a favor: AD e CHEGA
- Votos contra: ----
- Abstenções: 5 PS e 1 CDU

PONTO QUATRO – Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2026.

Após pedido de esclarecimento de José Ferreira quanto ao concurso que tinha sido aberto pelo anterior executivo, Alexandre Horta esclareceu que o concurso foi cancelado, por, após análise da situação, ter sido considerado que as funções a executar se afiguram da competência de técnico superior, e não de assistente administrativo, sendo, em consequência, necessário novo concurso.

Discutido o ponto, submetido a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

PONTO CINCO – Apreciação e discussão da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia

Alexandre Horta esclareceu que a informação está disponível, mas que pretende melhorar a respetiva apresentação.

Não foram solicitados esclarecimentos.

PONTO SEIS –Apreciação e discussão da tramitação a implementar relativamente à auditoria decidida no mandato anterior

O Presidente da Mesa da Assembleia fez um pequeno resumo da tramitação implementada pela anterior mesa, identificando as atas que referem o sucedido. Esclareceu que as entidades públicas não responderam ao pedido formulado, sendo que as entidades privadas que responderam referiram ser necessário a

identificação, em concreto, do objeto da auditoria, por constar uma abrangência demasiado extensa para a realização da mesma.

O processo encontra-se num verdadeiro impasse, uma vez que não se identificam entidades disponíveis.

Cristina Brito Alves esclareceu também a dificuldade na realização da auditoria, designadamente por falta de concretização do objeto da mesma.

José Ferreira usou da palavra e referiu que, ponderando toda a situação, designadamente a falta de concretização de objeto e a dificuldade de identificação de entidade para a respetiva execução, se afigura eventual desinteresse na concretização da mesma.

Alexandre Horta reiterou que, de momento, não há entidade interessada em realizar a auditoria.

Analisado e discutido o interesse na realização da auditoria e submetido a votação, tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção do CHEGA e o pedido de escusa de José Maria por, na data, fazer parte do executivo, tendo sido deliberada a não realização da mesma, encerrando-se, em consequência, as diligências para tanto determinadas.

PONTO SETE – Outros assuntos

O Presidente da Mesa da Assembleia referiu que, juntamente com o Presidente da Junta, pretendem estar presentes na reunião da ANAFRE, solicitando o contributo dos membros da Assembleia quanto a eventuais temas que considerem de abordagem relevante em tal reunião.

O Presidente da Mesa informou ainda que os membros da Mesa da Assembleia vão disponibilizar um dia em que estarão disponíveis para atendimento dos fregueses, nas instalações da Junta.

Sugeri a realização de visitas à Freguesia, com periodicidade trimestral, juntamente com o Presidente da Junta.

José Ferreira (AD) solicitou informação quanto a eventuais parcerias da Junta com instituições, por forma a melhorar a qualidade de vida de todos, tendo sido

esclarecido, pelo Presidente da Junta, Alexandre Horta, de que a Junta, no que concerne a limpeza urbana, tem a colaboração do CIRE, estando em curso negociações com o Estabelecimento Prisional Militar de Tomar, para, no mesmo âmbito, eventual colaboração.

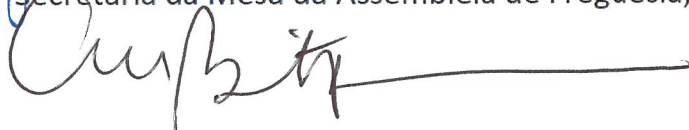
João Tapadas (PS) solicitou informação quanto a continuidade da parceria com o Continente, quanto a recolha semanal de alimentos, ao que o Presidente da Junta esclareceu que tal parceria se mantém.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada, tendo sido lavrada a presente acta, que achada conforme, vai ser assinada pelos membros da mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,



A 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia,



O 2.º Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia,

